



LNG DA BACIA DO ROVUMA

Quando É que a Anadarko Vai Investir na Área 1?

- Levou tempo, mas Governo cumpriu a sua parte

Por: Adriano Nuvunga e Fátima Mimbire

Enquadramento

Mesmo antes da queda dos preços, em 2015, a indústria do Gás Natural Liquefeito (LNG, sigla inglesa) deparou-se com significativos desafios, segundo indica a Wall Street Journal¹. Primeiro, a redução da procura quando medida em relação às perspectivas de oferta. Segundo, os altíssimos custos. Portanto, a queda dos preços de petróleo veio acrescentar mais turbulência e, apesar de as perspectivas económicas de longo prazo se manterem promissoras, a curto prazo, a indústria vai navegar em águas turvas.

Os preços de LNG estão indexados aos preços de petróleo. A queda dos preços do último resulta na queda dos preços do primeiro. Por exemplo, o preço médio de importação de LNG no Japão foi de cerca de 10 dólares americanos (USD) por MMBtu contra os perto de USD16 por MMBtu em 2014. Mas os baixos preços de LNG podem atrair novos consumidores desta fonte de energia limpa. É que os preços de LNG indexados ao petróleo são bastante elevados para

muitos aspirantes a utilizadores de LNG. Então, a queda do preço pode estimular os mercados emergentes a consumirem esta fonte de energia. Indicativamente, esses mercados são Bangladesh, Egipto, Jamaica, Paquistão, Filipinas, Panamá, África do Sul e Vietnam.

Contudo, os preços têm que se manter altos para estimular o desenvolvimento de novos projectos e baixos para estimular a procura. Por exemplo, um projecto típico em campo verde LNG no Sudeste Africano requer um FOB de entre USD10 -12 por MMBtu para ser viável, ou um barril de petróleo a um nível de entre USD70-82. Ao que tudo indica, isto está dentro do nível de preços projectados para o médio e longo prazos.

Perante tantos desafios, surge, no debate internacional, a necessidade de redução dos custos de produção. Aqui há uma multiplicidade de opções. Estas incluem: miniaturização (projectos de pequena escala para alcançar reduzidos custos por unidade e pouca complexidade do projecto; modularização (fabricação de componentes principais nos países com custos de produção baixos e importá-los para montagem nos campos de produção de LNG).

¹ <http://online.wsj.com/ad/article/ceraweek-low-oil-prices-lng-withstanding-rough-seas-ahead>

O corte de custos pode-se alcançar também através da redução da magnitude do conteúdo local que é exigido pelos países que detêm recursos naturais. Apesar de poder contribuir para a redução de custos, esta última opção é problemática por se esperar que o conteúdo local seja uma avenida para o desenvolvimento de capacidades do país, mormente do empresariado local.

A ameaça a novos projectos de LNG é financeira e não económica. Em princípio, a queda de preços de curto prazo não deveria afectar a decisão de novos projectos com um horizonte temporal de 8 a 10 anos entre os investimentos e o primeiro carregamento de LNG. Mas os preços são fundamentais. Os contratos de LNG são de longo prazo e fixam preços da data de negociação e não da data de entrega. Isto sugere que as companhias internacionais petrolíferas (IOCs, sigla inglesa) terão menos incentivos para desenvolverem novos projectos, dada a actual conjuntura de preços e também de apertos nos orçamentos de investimentos.

Isto significa que muitos projectos em campos verdes serão adiados indefinidamente. Mas algumas das poderosas IOCs poderão continuar a investir. Há experiências de multinacionais que investiram em tempos de crise. A decisão da Gorgon LNG (Austrália) em 2009 em investir perante um cenário de queda de preços de petróleo que se seguiu à crise financeira de 2008 é o exemplo paradigmático.

Então, a pergunta é: vai a Anadarko investir antes de os preços de petróleo voltarem a subir?

O Decreto-Lei e os Acordos com o Governo

Depois da aprovação do Decreto-Lei, em Novembro de 2014, que estabelece o regime jurídico e contratual especial aplicável ao Projecto de LNG nas áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma, a Anadarko fechou uma série de acordos com o Governo. Estes acordos incluem: (i) Alocação de gás para mercado doméstico; (ii) Financiamento da participação do Estado através da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH); (iii) Plano

de Desenvolvimento; (iv) Concessão do Porto de Palma e (v) Papel da ENH na comercialização do gás/LNG.

O acordo sobre o gás para o mercado doméstico prevê a alocação de um total de 100 milhões de pés cúbicos de gás natural por dia (100 MMcf /d), sendo que para a fase inicial serão alocados cerca de 50 MMcf /d por comboio. O gás natural será fornecido “a preços que sejam justos para todas as partes e que apoiem o desenvolvimento local de gás natural”².

As concessionárias afirmam estar preparadas para vender até 300 MMcf /d de volumes adicionais de gás natural no mercado doméstico, assim que os projectos amadurecerem e os termos comerciais estiverem acordados.

O acordo sobre o financiamento da participação do Estado estabelece que a Anadarko vai ‘carregar ao colo’ a ENH³. Isto significa que, na mobilização de financiamento para o projecto, a multinacional americana e os demais parceiros do consórcio vão incluir a participação da companhia nacional, que está avaliada em 2.250 milhões de dólares, correspondentes à sua participação de 15 por cento.

Enquanto isso, sobre a Concessão do Porto de Palma, à luz do decreto-lei, o Governo atribui à Anadarko uma parte da área geográfica concedida à empresa Portos de Cabo Delgado SA (PCD) para a instalação de descarga de materiais e de um terminal marítimo de LNG. Portanto, a área do Porto de Palma será parte da área concessionada à multinacional, na qual tem direitos exclusivos de acesso e operação pelo tempo de duração do projecto⁴.

Sobre o papel da ENH na comercialização do gás/LNG ficou acordado que a empresa nacional

2 Segundo um comunicado da Anadarko, publicado em Dezembro de 2015

3 Vide explicação detalhada sobre essa opção de financiamento e suas implicações em: http://www.cip.org.mz/cipdoc/415_Carry%20para%20ENH%20&%20problemática%20do%20Gás%20Domestico.pdf

4 Artigo 12 do Decreto-Lei 2/2014, de 2 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico e contratual especial aplicável ao projecto de gás natural liquefeito nas áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma

poderá aprovar os contratos para a venda de gás natural com uma duração máxima de 12 meses, quando delegada pelo Ministro que é responsável pelo sector de petróleos⁵. Outrossim, a ENH é a entidade que representa o Estado na qualidade de comprador relativamente às vendas e marketing de gás natural destinadas ao consumo doméstico ou outros desenvolvimentos industriais locais em projectos no país⁶.

Vai a Anadarko investir?

As primeiras descobertas de gás natural na Bacia do Rovuma foram confirmadas em 2010. Foram precisos cerca de 4/5 anos para o desenvolvimento das fundações legais e contratuais para o ajustamento que se impunha por se ter descoberto não petróleo mas sim gás natural. Como se pode depreender do acima exposto, os principais acordos por parte do Governo estão firmados. O Governo de Moçambique nunca desenvolveu um projecto de LNG, mas deu avanços significativos num horizonte temporal que não foge ao dos países pares.

Em 2014, a Anadarko indicou ter assinado acordos (não obrigatórios) de compra e venda asiáticos de perto de dois terços da capacidade do seu primeiro *train* de LNG⁷. Para a Anadarko, estes acordos retiravam o projecto de Moçambique do risco. Recorde-se que, na altura, o preço de petróleo era de USD85 o barril. Recentemente, Al Walker, CEO da multinacional, disse que estava orgulhoso dos progressos do consórcio liderado pela Anadarko por ter conseguido acordos não obrigatórios de compra e venda de 8 MMTPA que progridem para acordos obrigatórios e carta de investidores para o financiamento do projecto a um nível material. Que também estava orgulhoso pelo trabalho e relação positiva com o Governo de Moçambique recentemente eleito. A propósito disse que o consórcio iria submeter,

nos meses seguintes, o Plano de Desenvolvimento para a consideração do Governo⁸.

Mas a Anadarko ainda não submeteu o Plano de Desenvolvimento ao Governo. Num artigo intitulado *'The Top 10 Questions Facing the LNG Industry in 2016'*⁹, a revista *Energy Law Exchange* inclui o projecto da Área 1 do Rovuma, liderado pela Anadarko, nos projectos com potencial de tomar o FID neste 2016. Mas a tónica do artigo é a de que enquanto muitos projectos serão formalmente cancelados, alguns projectos viverão essa realidade sem anúncio formal.

Em conformidade com o Decreto-Lei, as empresas deverão submeter o Plano de Desenvolvimento elaborado nos termos do contrato de concessão para pesquisa e produção ao Ministério dos Recursos Minerais e Energia que depois submete à aprovação do Conselho de Ministros. O processo de análise e aprovação leva até 9 (nove) meses, dentro dos quais, em caso de irregularidades, o Governo notifica a empresa que terá 45 dia para supri-las e, depois de supridas, o Governo terá um mês para informar a empresa sobre a decisão definitiva.

Isto significa que se submeter o Plano de Desenvolvimento em Março, apenas em finais de 2016 poderá ser aprovado pelo Governo. Com isto assegurado, o consórcio poderá acelerar o estabelecimento dos acordos de comercialização que são determinantes para assegurar o financiamento do projecto. Somente com tudo isto reunido, o consórcio liderado pela Anadarko poderá tomar a decisão final de investimento. Apesar das cartas de intenções, neste momento, estas condições não estão reunidas. No discurso internacional, o projecto continua a prioridade da multinacional; continua a ser visto como um projecto de topo, com futuro bastante promissor a médio e longo prazos mas a resposta recorrente que a Anadarko apresenta de que faltam aspectos legais e contratuais por

5 Número 3 do artigo 9 do Decreto-Lei

6 Número 4, do artigo 9, do Decreto-Lei

7 <http://www.forbes.com/sites/greatspeculations/2014/03/31/anadarko-signs-supply-contracts-with-asian-buyers-defining-clearer-investment-plans-for-mozambique-lng/#2ece67831078>

8 <http://www.offshoreenergytoday.com/anadarko-moves-mozambique-offshore-gas-closer-to-development/>

9 <http://www.energylawexchange.com/the-top-10-questions-facing-the-lng-industry-in-2016/>

completar pode indicar que o projecto esteja a caminhar para uma situação de ‘paragem’ não oficialmente anunciada. Isto significa que não haverá investimento com impacto directo em Moçambique da Anadarko em 2016.

Com efeito, a imprensa internacional indica que a Anadarko pretende reduzir o capital de investimentos em 50 por cento a partir de 2016. Enquanto o maior corte será nas suas operações nos EUA, a *OffShore Energy Today* indica que a “Anadarko espera mínimo financiamento em 2016, em Moçambique, pois trabalha em três aspectos: em direcção do FID, nomeadamente o quadro legal e contratual; avançar para contratos obrigatórios dos actuais acordos de compra e venda de 8 MMTPA; avançar para o financiamento do projecto”¹⁰.

Na verdade, mesmo no ano em que a decisão final de investimento sair e se avançar para a fase de desenvolvimento, os investimentos com impacto directo em Moçambique serão poucos, numa primeira fase. Terão uma subida gradual. Por exemplo, em 2015, a Anadarko anunciou a selecção da CCS JV para o desenvolvimento do seu parque no alto mar¹¹. As componentes levam anos a construir. Serão montadas e usadas em Moçambique, mas o capital disto não vai passar por Moçambique. Para além de reassentamento, recrutamento de nacionais para abertura dos campos onde serão construídas as plantas e construção civil, Moçambique vai ver pouco capital da Anadarko.

O conteúdo local que era visto como janela para trazer capital para Moçambique terá poucos adeptos na indústria, porque leva consigo o potencial de aumentar os custos, numa altura em que o principal desafio é o de reduzir os custos. Seja qual for a situação do consórcio da Anadarko, a redução de custos de desenvolvimento é fundamental para a viabilização do gás da bacia do Rovuma. Aqui, o papel do Governo é a dobrar: assegurar que, no âmbito da aprovação dos Planos de Desenvolvimento, as multinacionais

tragam inovação tecnológica para a redução de custos. Estará o Governo preparado para engajar as multinacionais seriamente neste debate/processo?

10 <http://www.offshoreenergytoday.com/anadarko-to-cut-2016-capex/>

11 <http://www.energylawexchange.com/the-top-10-questions-facing-the-lng-industry-in-2016/>

CIP

Boa Governação, Transparência e Integridade

FICHA TÉCNICA

Director: Adriano Nuvunga

Pesquisadores do CIP: Anastácio Bibiane , Baltazar Fael; Borges Nhamire; Celeste Filipe; Edson Cortez; Egídio Rego, Fátima Mimbire; Jorge Matine; Stélio Bila

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Layout & Montagem: Nelton Gemo

Endereço: Bairro da Coop, Rua B, Número 79,
Maputo - Moçambique

Contactos:

Fax: 00 258 21 41 66 25

Tel: 00 258 21 41 66 16

Cel: (+258) 82 301 6391

Caixa Postal: 3266

E-mail: cip@cip.org.mz

Website: <http://www.cip.org.mz>

Parceiros



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP
Open Budgets. Transform Lives.



Department for
International
Development

Danida



Parceiro
de assuntos
de género:



Education for development



PROGRAMA DE APOIO PARA UMA
GOVERNANÇA INCLUSIVA E RESPONSÁVEL



SUÉCIA



ROYAL NORWEGIAN EMBASSY



Reino dos Países Baixos